

# Vozes de artesãs: cenários de mudança social no Litoral Norte de São Paulo

Luiz Antonio de Castro Santos\*

Maria Helena Navas Zamora\*\*

## Resumo

O ensaio aborda um projeto de “mudança social provocada” no litoral norte de São Paulo. Dentre vários projetos sociais desenvolvidos no município de Ubatuba pela Fundação Alavanca a partir do ano 2000, os quais buscavam o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades mais pobres, o projeto “Pé da Serra” revelou particular interesse sociológico, por ter sido inicialmente considerado como uma intervenção malsucedida. Os autores propõem uma visão alternativa. O recurso à técnica dos grupos focais, debatido na parte central do presente ensaio, permitiu captar representações e experiências que sugerem conquistas importantes para as mulheres participantes do projeto, artesãs que conseguiram comercializar seus produtos e fazer brotar, durante o processo, a auto-estima grupal, bem como potencialidades de geração de renda e trabalho coletivo.

Palavras-chave: mudança social; artesãs; litoral norte paulista; Fundação Alavanca.

---

\* Sociólogo, Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dedicou-se atualmente a pesquisas acerca do impacto da modernização excludente sobre populações “tradicionais” no Brasil. Em outras frentes, é um estudioso do pensamento social, de teorias sociológicas e de temas históricos da saúde pública. E-mail: [lacs@ims.uerj.br](mailto:lacs@ims.uerj.br). Publicou recentemente, em co-autoria com Lina Faria, **Saúde & História** (São Paulo: Hucitec, 2010).

\*\* Psicóloga, docente de graduação da PUC-Rio e professora de pós-graduações em Psicologia Jurídica. Atua na coordenação do **Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social**, em temas de direitos humanos da criança e do adolescente, jovens em conflito com a lei, e sistemas socioeducativos. E-mail: [zamoramh@oi.com.br](mailto:zamoramh@oi.com.br).

Women's crafts: challenges to social change in a sea-coastal area of São Paulo, Brazil  
Abstract

The present essay discusses a project that could be labeled as an attempt at “provoked social change” among poor communities living in the southern sea-coastal region of Brazil. The project was carried out by a small philanthropic institution, the Alavanca Foundation (the Portuguese term “alavanca” meaning in this case a “lever” for inducing social change), which focused on the promotion, assistance, and consolidation of local women's groups in the coastal town of Ubatuba, during the first years of the decade of 2000. The project aimed at the development of handcraft skills with “experimental techniques” of weaving: women worked with used supermarket plastic bags to produce attractive handbags. The project manager and coordinators contracted by the foundation emphasized teamwork, product design, marketability, and fair trade principles among the women participating in the Alavanca project. The authors' sociological and socio-psychological discussion emphasizes such dimensions, relying on the methodological tools provided by focus group interviews.

Keywords: social change; women's crafts; southern coastal Brazil; Alavanca Foundation.

En effet, une fois “ancrée”, la représentation sociale joue un rôle de filtre cognitive, toute information nouvelle étant interprétée dans les cadres mentaux préexistants.

“Représentation sociale”, **Le Dictionnaire des Sciences Humaines** (J.-F. Dortier, org.). 2004.

À memória de Carmen Dora Guimarães (Carmita)

## I. Antessala

O presente texto focaliza um projeto de intervenção social em comunidades populares do Litoral Norte paulista, no município de Ubatuba, entre fins de 1999 e meados de 2004. As metas do projeto eram ambiciosas; contemplavam um conjunto de programas para diferentes faixas de idade, com objetivos diversos, como cursos de marinharia para crianças, a promoção de artesanato, e a geração de renda para mulheres socialmente marginalizadas. O projeto inicial ganhou amplitude e levou seus idealizadores a pensar em um arranjo institucional que lhes permitisse flexibilidade, exequibilidade financeira e operacionalidade. Assim, cristalizava-se, em abril de 2000, uma entidade civil sem fins lucrativos, denominada, por seus fundadores, “Fundação Alavanca”. A iniciativa primária por dar sequência aos primeiros passos e “alavancar” mudanças sociais que concretizassem, de tal modo, o projeto solidário e filantrópico de seus criadores. Os fundadores eram um casal de profissionais paulistas: ele, engenheiro e executivo da área de telecomunicações; ela, médica sanitária, dedicada ao setor de prevenção e promoção da saúde.

Havia, desde os primeiros tempos da Fundação, um elemento novo no processo institucional: diferentemente do caminho trilhado pela maioria das organizações sociais do chamado Terceiro Setor (Nogueira, 2003, p. 193), não se tratava de uma organização social já estruturada, com recursos filantrópicos de monta, dotada de legislação reguladora, e voltada para mais um projeto social em área carente, ampliando assim seu portfólio de atuação. Ao contrário, foi o drama social de uma região específica que resultou no projeto de criação da Fundação.

Doador e donatários estiveram intimamente associados, do primeiro ao último instante dos inúmeros projetos. Dentre estes, um projeto de treinamento de artesãs vai representar o foco do presente texto. O projeto “Pé da Serra” revelou particular interesse sociológico, por ter sido inicialmente considerado como uma intervenção malsucedida. Os autores propõem uma visão alternativa. O recurso à técnica dos grupos focais, debatido na parte central do presente ensaio, permitiu captar representações e experiências que sugerem conquistas importantes para as mulheres participantes do projeto – artesãs que conseguiram comercializar seus produtos e fazer brotar, durante o processo, a autoestima grupal, bem como potencialidades de geração de renda e trabalho coletivo.

Os fundadores da organização decidiram encerrar o projeto em questão em 2004. Em 2007, viram-se obrigados a interromper os demais projetos, travando definitivamente a “alavanca”. Fator decisivo para o fechamento da Fundação foi o fato de uma empresa de porte nacional decidir retirar seu patrocínio e financiar o Carnaval em certa metrópole, inviabilizando, desta forma, o custeio dos projetos da Alavanca.

A ideia de criação daquela entidade de promoção social decorreu diretamente do propósito de seus criadores: contribuir com as iniciativas públicas no sentido de minorar os efeitos da marginalidade social, do forte desemprego sazonal, e dos níveis de renda precários na região de Ubatuba, região com a qual os fundadores eram, desde a infância, bastante familiarizados. Diferentemente do cenário otimista desenhado pelo discurso corriqueiro da “modernização”, a população havia experimentado, em décadas recentes, e particularmente após a abertura da estrada Rio-Santos, o surgimento de problemas sociais críticos, como a violência e a desestruturação da vida comunitária, os quais o turismo dos muito afluentes e a crescente valorização fundiária do Litoral Norte paulista não minoraram, se não agravaram.

Um dos projetos desenvolvidos pela Fundação Alavanca em Ubatuba, no bairro Pé da Serra, buscava promover o artesanato entre grupos de mulheres bastante pobres. Em recente dissertação de mestrado (Apezzato, 2006), o projeto em questão foi julgado uma experiência de “desenvolvimento local sustentável” que não logrou êxito: em estudo cuidadoso, a análise conclui pela “insustentabilidade” das ações de capacitação profissional, e pelo “esvaziamento” das propostas iniciais. A autora sugere que a “fragilidade dos laços comunitários” comprometera, desde o início, os objetivos da intervenção social, tornando-a inviável ou “insustentável” (Apezzato, 2006, p. 6, 71-72). Se não houve o impacto esperado, conforme conclui o estudo, então estaríamos diante de uma ação social que fracassou? O estudo criterioso, baseado em pesquisa de campo conduzida com maestria, nos leva a propor um desafio. Tratou-se, de fato, de uma experiência malsucedida, ou estamos diante de conclusões produzidas por instrumentos de análise não necessariamente “equivocados”, mas que pediriam – de fato exigiriam – o emprego de outros recursos analíticos e interpretativos? Este é o desafio que o presente ensaio de interpretação sociológica pretende enfrentar.

Ao selecionarmos e focalizarmos de perto as atividades do projeto no município de Ubatuba, Bairro Pé da Serra, não pretendemos, aqui, realizar “avaliação de um programa social” no sentido técnico que a literatura descreve para quantificar metas e resultados<sup>1</sup>, nem mesmo discutir o impacto das ações do Terceiro Setor. Em especial, não é objetivo deste trabalho discutir o projeto à luz da noção de eficiência (grau de aproximação entre o previsto e o realizado), já que a definição mesma do “previsto”, apresentada em linhas bem gerais no projeto Alavanca, não permitiria estimativas ou cálculos. Em nosso caso, talvez devêssemos falar de uma apreciação muito preliminar de “eficácia”, no sentido corrente (Carvalho, 2003, p. 196)<sup>2</sup>, a qual remete aos benefícios tangíveis – e intangíveis, diríamos nós – de um programa. Estamos, pois, trilhando

a senda que conduz a resultados dificilmente mensuráveis, mas nem por isso menos relevantes, a fim de julgar o alcance ou impacto de um programa social, para além da quantificação de resultados das ações propostas.

Alternativa importante à avaliação estritamente técnica é a obra de Albert O. Hirschman, uma das contribuições mais expressivas e desafiadoras<sup>3</sup>. Em pequeno trabalho, redigido nos idos de 1980, Hirschman forneceu a chave para a compreensão da essência mais profunda de certos programas, à primeira vista considerados falhos ou ineficazes (Hirschman, 1984). Preferindo não lançar mão dos termos usuais dos avaliadores de programas, Hirschman parecia trilhar o terreno mais fértil de um conceito que também viria a ser usado nas avaliações técnicas: referimo-nos à noção de “efetividade social” de um programa ou projeto, a qual remete a seus impactos mais amplos – e necessariamente menos transparentes ou imediatos – sobre a comunidade (Carvalho, 2003, p. 186, 191-192, 196). Tal noção, a nosso ver, parece ter vindo a desempenhar função vicária na atividade dos avaliadores especializados, na medida em que pôde dar conta de repercussões ou reverberações de um programa, dificilmente captadas pelas técnicas correntes de avaliação. Nesse sentido, até mesmo as medidas de eficácia e eficiência, com o tempo pareciam mostrar-se limitadas, aos olhos dos peritos.

Com efeito, Hirschman aponta em outra direção, indica outros caminhos de apreciação de um programa social. Por vezes, sua mirada parece retirar da filosofia moral dos pensadores escoceses do século XVIII a inclinação para intuir as consequências não antecipadas da ação humana, quando voltada para objetivos restritos ou particularistas<sup>4</sup>. Um programa, lembra Hirschman, pode desencadear ou despertar aspirações coletivas, ainda que aparentemente “tardias” aos olhos de um patrocinador ou avaliador; os caminhos pelos quais se chega à mudança social não são lineares, nem comportam previsões certas (Hirschman, 1984, p. 8-9). Ao examinar dezenas de experiências de programas sociais em regiões da América Latina – vários deles desaguando em movimentos de base ou em manifestações de “ativismo social”; outros reforçando ou aprofundando os rumos de autonomia popular –, o autor sublinhou esse caráter do fato inesperado, estendendo ao leitor sua aposta nos efeitos positivos e não antecipados de programas ditos “inoperantes”. Um desses programas realizou-se em Lima, Peru, na periferia de um bairro popular, Comas, nos anos seguintes ao governo de Velasco Alvarado. Alguns educadores, que haviam participado de programas sociais criados pelo governo e cedo interrompidos, decidiram continuar sua atuação em um núcleo de “promoción social”, com poucos recursos de agências alemãs e holandesas. Um grupo de mulheres de Comas procurou o núcleo, com interesse em aperfeiçoar suas técnicas de artesanato e costura. Hirschman sugere que o próprio núcleo, com educadores desiludidos ou desempregados, parecia então funcionar em marcha lenta. Uma singela colaboração, a partir de aulas de costura, na verdade “costurou” lentamente uma história de colaboração entre os participantes do núcleo e as mulheres artesãs:

Pouco a pouco, as mulheres iniciaram contatos com outros grupos de mulheres em Comas e um grupo de mulheres mais amplo veio a formar-se, ao redor de temas feministas. [...] Além disso, as mulheres da comunidade [...] participaram de várias petições e manifestações para exigir melhoras no sistema de abastecimento de água em seu distrito e em toda Comas. (Hirschman, 1984, p. 17-18, tradução nossa)

Seja qual for o projeto – social ou econômico, governamental ou não governamental –, Hirschman procura o avesso da avaliação que só contempla o curto prazo: é o que faria, se tivesse assinado matéria recente, publicada em **Carta Capital**. Relata a matéria:

São poucas as experiências de clubes de futebol que tentaram assegurar formação e cidadania aos meninos [pobres] que arriscam a carreira de jogador. Uma das poucas sucedeu no Vitória da Bahia, nos anos 2002 e 2003 [...], com o projeto Bom de Bola, Bom de Cabeça, em parceria com a ONG Centro de Educação e Cultura Popular, o Unicef e a Universidade Federal da Bahia. [...]. *Mas a iniciativa não foi adiante.* (**Carta Capital**, 12 de novembro de 2008, p. 13, grifos nossos)

Hirschman iria mais fundo, tentaria captar sinais, indicadores, metáforas de mudança que os meninos, as ONGs e os clubes de futebol tivessem de algum modo retido ou incorporado, em que pese a experiência interrompida.

Os psicólogos sociais têm demonstrado a necessidade de captarmos o universo simbólico das representações. Serge Moscovici, entre estes, não hesitaria em situar a tarefa das avaliações como uma tentativa de captar a memória dos grupos, a memória coletiva, tecida no interior e nas bordas da conversação e dos silêncios. Os famosos “alvos” dos programas, as “populações-alvo”, reagem às ações programáticas de modo raramente transparente, impossível de ser logo captado pelos fios sensores da avaliação. Moscovici conhece profundamente as correntes do interacionismo simbólico; se tivesse de avaliar programas e políticas sociais, logo diria que o impacto de um programa é resultante de negociações, filtra-se pela memória coletiva, leva à aceitação/rejeição mútua, não é um processo individual (Moscovici, 2007:323). Daí constituírem os grupos focais uma estratégia sensível, empregada pela psicologia das representações sociais, para captar (in)confidências, para permitir e estimular a emergência da memória grupal, as notas soantes, consoantes e dissonantes, os estratos mais profundos da consciência de um grupo, os quais conduzem à aceitação ou à rejeição de um programa. Essas camadas mais profundas podem emergir durante a experiência, mas é particularmente tempos depois da aplicação do programa que revelarão conteúdos e *insights* quase sempre insuspeitados. Bem se vê, estamos de volta a Albert O. Hirschman.

Como feixes de luz, cujas trajetórias podem convergir, traçar rumos paralelos, ou conformar focos divergentes, os testemunhos que os moderadores procuram obter dos participantes de um grupo focal representam reações a temas apresentados durante a discussão. Um dos moderadores desempenha papel coadjuvante, a fim de permitir ao moderador principal concentrar-se na geração e controle de tais estímulos, observar a dinâmica do grupo enquanto se desdobra a conversação, traçar as balizas do diálogo, estabelecer os necessários contornos e possíveis enquadramentos em torno do tema central – o programa que se quer avaliar. A literatura sobre grupos focais é extensa e expõe os prós e contras de um campo com fundamentos teóricos bastante imprecisos, aplicados com cautela e bons resultados no terreno das avaliações (Marczak e Sewell, s.d.), mas por vezes apresentados de modo abusivo, como se os avaliadores procurassem conferir aos resultados uma “validade científica” indiscutível. A técnica dos grupos focais por vezes parece sofrer dos males da própria propagação, aceita sem limites ou condições reais de aplicabilidade em áreas tão distintas ou distantes como pesquisas de mercado (com consumidores e empresários) e pesquisas de delinquência entre jovens, “antes e depois” de uma intervenção social.

Um ponto logo se deve esclarecer sobre a montagem de um grupo focal: pelo fato de não operar com amostragens aleatórias de qualquer natureza (simples, estratificada etc.), mas, sim, com um *proxy* denominado “amostragem por conveniência”, o qual seleciona os membros julgados representativos de uma comunidade (Stewart e Shandasani, 1990, p. 53; Lewis, 2000), a escolha dos participantes exige, por parte dos moderadores, a familiaridade com o universo referenciado, para que não recaia em “conjuntos vazios”, isto é, em indivíduos ou pequenos grupos que não compartilham o cotidiano ou as experiências comuns do “mundo da vida”, de que nos falam os fenomenólogos. Há procedimentos ou normas que estão longe de ser unânimes. Fala-se em contraindicações; por exemplo, os participantes do grupo focal não deveriam se conhecer previamente, para assegurar e estimular a livre-manifestação de ideias (Marczak e Sewell, s.d.); trata-se, no entanto, de uma regra “geral” dificilmente aplicada, como assinalam outros autores, a exemplo de Fricker (1993), que lembra as dificuldades surgidas quando se trabalha numa comunidade rural de laços primários muito fortes, e sugere, alternativamente, o critério de maior ou menor praticidade, para a adoção de tais procedimentos. Melinda Lewis vai além, ao lembrar que alguns tópicos podem gerar uma discussão mais rica em grupo, justamente quando os participantes se conhecem (Lewis, 2000). O importante, para retomarmos as pistas abertas por Albert O. Hirschman, reside na criação de um ambiente que gere ou estimule a *voz*, em vez da saída ou do silêncio dos membros do grupo focal (Hirschman, 1973). Assim chegamos a um ponto crucial, nem sempre enfatizado pela literatura: justamente por não se tratar de uma técnica “fina”, ou uma metodologia “unívoca”, que só comportaria uma forma de interpretação, sem ambiguidades, o bom rendimento de um grupo focal exige um profissional experimentado, maduro nas demais técnicas de pesquisa social,

familiarizado com as limitações e alcances do “arsenal” metodológico à disposição do pesquisador ou avaliador de programas sociais. Um grupo mal dirigido é, na melhor das hipóteses, um grupo desfocado.

O profissional experimentado, o pesquisador sensível, o avaliador cauteloso, terá diante de si uma tarefa difícil. A segunda parte do presente texto, na qual discutiremos a experiência do grupo focal em Ubatuba, deverá sugerir a tarefa complexa que este procedimento metodológico impõe aos moderadores e à própria avaliação final, que alguns chamariam necessariamente de inconclusiva. Todo grupo focal deve gerar, em que pesem as dificuldades do árduo trabalho de campo: a) um conjunto de percepções sensoriais partilhadas pelos indivíduos em relação a um objeto (ou programa), como se estivéssemos diante de um ou mais agregados de percepções sobre aquele objeto; b) um ou mais feixes de opiniões e representações concernentes ao objeto (indicadores de conhecimento do tipo senso comum, não “científico”) – em outras palavras, um elenco de atitudes formadas, ou representações referentes ao objeto atitudinal, diria Moscovici (2007, p. 314-320). Tais resultados deverão ajudar o avaliador na obtenção de um saber sobre determinado grupo de referência e sua relação com determinado objeto: este saber não poderá ser generalizado para outros grupos de pessoas, como já sublinhamos, particularmente se estas não compartilharem “mundos” semelhantes ou comparáveis. Assim, o conhecimento que obtivermos sobre as artesãs do bairro do Pé da Serra, em Ubatuba, em relação ao programa patrocinado pela Fundação Alavanca, estará necessariamente referido àquela comunidade e àquele programa, em particular. Se quisermos levantar pistas sobre as representações, o conhecimento, e as atitudes em relação a outros modos de intervenção social em outras comunidades, teremos de fazê-lo de modo apenas heurístico, avançando com cautela.

É essencial ressaltarmos que, com a escuta das artesãs, não procuramos estabelecer “a verdade objetiva dos fatos”. Importa saber o que atividades e interações pareceram ou significaram na vida das pessoas que viveram a experiência. Procuramos realmente uma “história”, a das mulheres, com todos os seus enganos e descontinuidades – reveladores de outras verdades, ricas e interessantes exatamente por isso. A “versão” procurada, em certa medida, também está produzida pelos pesquisadores. Será possível constatar que produzimos interferências, intervenções, efeitos, afetos; não fomos neutros, não há como sermos neutros. Esse é o sentido de se ter em campo um facilitador, um assistente. Se não é possível nos livrarmos de nossa própria “subjetividade”, o que, aliás, nem seria desejável, que esta então seja uma construção compartilhada, tanto em relação ao processo de escuta, no grupo focal, quanto à construção da análise e interpretação dos resultados.

A próxima seção significará, para o leitor, uma quebra na cadência do texto, isto é, uma ruptura discursiva (Xavier, 2001). Interrompemos o ritmo lógico da narrativa. Já não analisaremos o cenário em que interagem nossos atores – nossas atrizes-artesãs de Ubatuba! – nem discutiremos bases, alcance e limitações de nossa

incursão metodológica. Agora propomos ao leitor o contato direto com o processo ou a dinâmica do grupo focal que conduzimos com as artesãs. A seção, desta forma, introduzirá uma quebra na estrutura do texto: a moderadora das conversações com as mulheres, e das interlocuções entre estas, conduzirá a narrativa, reproduzindo diálogos, mencionando gestos, interpretando ou sugerindo interpretações da fala das artesãs. Uma preocupação adicional norteará a nova cadência da narrativa: de que modo os diálogos refletem a avaliação dos resultados menos imediatos – e possivelmente mais duradouros – do projeto? Até que ponto nossa “sala de conversação” não vai permitir agora reavaliarmos a experiência do projeto Pé da Serra, decorrido algum tempo de seu término? Sobretudo, como se sentem nossos personagens em relação à experiência pedagógica e laboral que viveram nos últimos anos?

## II. Sala de conversação<sup>5</sup>

### Introdução

O encontro anterior com as artesãs do Projeto Pé da Serra deu-se em dezembro de 2007. Na ocasião, Maria Helena Zamora, responsável pela montagem e direção dos grupos focais, trabalhava em cooperação com a pesquisadora Carolina Kuenerz. Ao final da experiência, ambas avaliaram que os resultados da dinâmica grupal haviam sido insatisfatórios, particularmente o encontro com as mulheres. “Eram cinco mulheres aguardando nossa presença em um local aberto, frio e com chuva; chegamos com atraso”. A presença da antiga coordenadora dos projetos, a pedagoga Sonia Bonfim, ainda que fundamental por ter proporcionado a realização do encontro, pareceu interferir na dinâmica do grupo, provocando o silêncio ou certa concordância antecipada das mulheres com suas afirmações e comentários. Não houve privacidade nem espontaneidade na conversa. Maria Helena adquiriu algumas bolsas das artesãs e encomendou outras, antes de retornar ao Rio de Janeiro, de tal modo que o contato com Carmela, uma das artesãs mais atuantes, foi facilmente retomado pouco mais tarde. Formavam-se, assim, as condições favoráveis para o retorno a Ubatuba e para novo encontro, “sem inibições”<sup>6</sup>.

Um primeiro contato com Carmela foi realizado em março de 2008, alguns meses depois do contato inicial. Não foi fácil marcar nova data para o encontro. De sexta a domingo, as mulheres estão sempre muito ocupadas com a chegada de visitantes e turistas, ocasião em que vendem suas bolsas, fazem faxinas, trabalham como caseiras... Outro problema se interpôs, pois a moderadora auxiliar havia assumido outros compromissos e não poderia mais colaborar. Em junho, Maria Helena teve confirmada a participação de Ivy Schipper, geógrafo e pesquisador social, que substituiu Carolina. Em seguida, veio a confirmação de Carmela para a realização do encontro de mulheres na primeira semana de julho. Diga-se, desde logo, que a presença de um homem no grupo só de mulheres não viria a constituir um problema, diante da tranquilidade que Ivy demonstrava, deixando-as muito à vontade.

## O reencontro

Ao primeiro reencontro, na casa de Carmela estavam presentes, em roda: a dona da casa e quatro convidadas. Quatro outras não puderam comparecer<sup>7</sup>. Os motivos das ausências não foram revelados. As apresentações começam: Carmela trabalha numa rede de lojas toda quinta-feira, procurando vender suas bolsas, e também dá aulas. Carina faz bolsas e chegou a dar aulas para pessoas em situação de rua. Marta parou de produzir, e Delza ainda está aprendendo. Ester diz, em tom de humor, que ela é um dos “profissionais preguiçosos”, e por isso está parada. É evidente que Carmela mantém a liderança sem esforço.

Cumprindo as exigências éticas de pesquisa em relação ao pleno esclarecimento dos participantes, Maria Helena informou-lhes que o relato desse encontro seria mais tarde transmitido aos diretores da Fundação, acrescentando que a intenção do casal, que também financiava a presença dos profissionais, era publicar um livro sobre o possível alcance e os limites do projeto. Ao mesmo tempo, foi-lhes dito que poderiam manter partes da conversa sob sigilo, sempre que assim o quisessem. Tratava-se de ver “o que foi bom no projeto, e o que poderia ter sido melhor”, na visão das participantes.

### “O passarinho de bico aberto”

Diferentemente do encontro anterior, o grupo mostrava-se desinibido. Catarina, uma senhora que aparentava mais idade que as demais, chegou ao portão, dizendo que “veio para dizer que não vinha”, ou seja, apresentou-se para justificar sua próxima ausência, pois o marido estava doente. Mas aceitou permanecer durante algum tempo.

No desenrolar do encontro, Carmela seguiu tecendo mais uma bolsa, e fornecendo breves orientações a Delza, a aprendiz mais jovem. Entre ambas, o trabalho manual circulava com comentários quase inaudíveis, olhares e pequenos gestos – outro código linguístico, paralelo ao verbal.

Como o projeto começara? Ester principiou relatando que, em 1999, fora informada, por uma pessoa conhecida, sobre a iniciativa da Alavanca. (Na verdade, houve aqui um pequeno lapso, pois os primeiros passos se deram, de fato, já no ano 2000.) A artesã contou que, numa parada de ônibus, bastante desanimada com os rumos de sua vida, soube de uma oficina que fazia bolsas a partir de sacos plásticos usados. Curiosa, foi ver do que se tratava. Conheceu a professora, e Sonia, a coordenadora. A professora trabalhava “dentro”, e Sonia “trabalhava mais para fora”, articulando os contatos e promovendo as vendas. A aquisição de material para o trabalho cabia à professora. Ester começou “em finzinho de 1999”. (Possivelmente, em fins de 2000.) As mulheres trabalhavam em um galpão aberto, ainda sem banheiro, que “construíram depois”. Mas a falta de sanitário próximo não foi mencionada como uma crítica, mas com a alegria que traria a construção de uma laje em suas casas: um conforto conquistado. Essa fase foi descrita como muito positiva em sua vida.

As demais mulheres complementavam a narrativa murmurando palavras curtas

e frases de confirmação; o clima era de nostalgia. Ester lembra que elas eram então “*como um passarinho de bico aberto*”, a ave que espera no ninho, sedenta e faminta por qualquer coisa que lhe dão. Tudo era novidade, e toda novidade era boa. Indagadas sobre a professora, afirmaram que esta “era muito dedicada”. A “patente do artesanato” seria da tia dela, “que tinha uma oficina em uma igreja católica”. A professora trouxera a técnica para o “Pé de Serra”.

Ficava claro que esse começo “era leve”, sempre referido pelas mulheres como um momento de descobertas, de estabelecimento de vínculos de amizade e solidariedade, que até hoje persistem. Era divertido, e “os filhos tinham oficinas para eles também”. Agora tinham um lugar e um tempo só delas, tinham amigas, uma pequena renda, podiam aprender, fazer cursos (alfabetização, por exemplo), e produzir alguma coisa bonita, de que poderiam se orgulhar, feito por elas, só delas. Sentiam-se próximas dos organizadores do projeto, dos diretores da Alavanca, de Sonia, da professora... “Eles viviam sempre por aqui”... Sentiam-se felizes por serem valorizadas por estes – ou talvez por serem valorizadas, simplesmente, o que, antes desse tempo, não parecia ocorrer muito em suas vidas.

Os pedidos – tempo da velocidade e da vertigem

Depois desse tempo, chegaram as “encomendas por lote”. Catarina menciona a maior exigência no acabamento, o aumento do tempo de dedicação ao trabalho, e a presença das queixas somáticas, advindas desse esforço. A passagem da fase da novidade para a fase “dos pedidos” parece situar-se entre 2003 e 2004. As artesãs mencionam até encomendas “vindas de fora do Brasil”, porém esta possibilidade não chegou a ser concretizada.

Segundo o relato das participantes, uma rede de lojas chamada Viva Vida (contatada pela própria Fundação) pediu-lhes que colocassem etiquetas nas bolsas, então mais elaboradas. Nessa nova fase, recebiam modelos “fechados”, padronizados, para a boutique que os encomendava. “Vinham rabiscos”, com modelos e cores desejados, e as artesãs tentavam confeccioná-los. Tais bolsas eram então minuciosamente descritas – os pontos de crochê, os jogos de cores, as alças, o forro. Os pedidos aumentaram – “200, 300, 400!”. Eram, então, 28 mulheres, que “não podiam dormir”, que “não iam mais em casa”, que “não paravam”... Começaram então a apresentar problemas nos dedos das mãos, nas unhas, nas articulações, nos braços, nos ombros, na vista, perturbações de sono, casos de depressão...

A narrativa aqui se tornou densa, dramática. As mulheres passaram a mostrar as partes atingidas pelo esforço dessa época. Onde “não mexe mais como antes”, onde dói ainda, o que o médico disse, que remédio tomavam – este passou a ser o assunto. “Na época da professora, não, ela parava e fazia exercícios”. Mais tarde, “veio uma doença”, relacionada ao movimento. “Seria LER (lesão por esforço repetitivo)?” Algumas disseram que sim; outra confirmou que tinha o problema, já que uma das mãos “não

sustentava as coisas”. Maria Helena perguntou:

- Por que vocês não disseram que não davam conta, que não podiam com as encomendas?

Talvez a pergunta não fosse tão simples assim, pois não houve reação imediata das mulheres, a possibilidade de reduzir o ritmo lhes parecia inusitada. Depois de uma pausa, responderam:

- Porque a gente queria dar conta... Porque tinham as encomendas... Porque a gente queria o dinheiro...

Apesar do esforço descrito como descomunal para fazer a quantidade de bolsas esperada, *elas não quiseram parar*.

O passarinho sem rumo

Outro problema foi lembrado: não obstante os seus esforços para aprender novos modelos, “teve encomenda que voltou”, por não corresponder à qualidade esperada. O fato causava decepção entre as que “erravam”. A distribuição das bolsas para os contatos conseguidos por Sonia Bonfim era feita por M., “que ficava num escritório”. Inquiridas sobre esta última, pouco a conheciam. Já os diretores do Projeto “apareciam”, mas agora somente “de vez em quando”. Então as participantes emendaram com outra informação: as últimas encomendas foram enviadas “no carro da Prefeitura”. Não havia conexão entre essas informações e as pessoas mencionadas. Na verdade, Maria Helena refreou-se, para não indagar: “Que diferença faria as bolsas serem levadas de carro oficial, táxi ou rabeção?”

Estabelecia-se, então, um contraste entre a narrativa da primeira fase – tranquila, lúcida e nostálgica – e a sucessão de fatos, um tanto desconexos, que então se apresentavam. Nesse mesmo ritmo despontava nova informação, a de que agora tinham “a carteira da SUTACO”. Aqueles fragmentos descontínuos de memória eram confusos e dificultavam, para os moderadores, o entendimento das etapas do processo de produção e venda das bolsas: “Mas o que é a SUTACO?”, indagou Maria Helena. As mulheres não sabiam, mas uma delas tinha a carteirinha de “identidade do artesão” e a mostrou: “Sutaco: Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades”, do Governo do Estado de São Paulo. Tampouco pareciam saber a que servia a carteira de identidade profissional. Mas relataram problemas: uma renovara a carteira, mas não a havia recebido até então; outra se queixou da taxa de 5% do preço final das bolsas.

“Era porque não podia fazer nota fiscal pela Fundação.” “Não sei pra que serve porque até hoje tem muito lugar que não pode colocar as bolsas e nem pode vender, senão é recolhido...”, conta Carmela. E prossegue lembrando que a carteira não resolveu uma situação recente: seu material quase foi recolhido por fiscais, incidente evitado apenas pela presença de seu marido, que apareceu de carro e “levou tudo de lá”. “Então vocês não sabem para que o registro na SUTACO serviu?” Reconheceram que não sabiam, nem mesmo sabem hoje, nem sabem quem solicitou esse registro. Uma

discussão rápida entre as participantes, a qual não foi possível registrar, fez com que estas chegassem à conclusão de que a SUTACO “fiscalizava”, “autorizava”, “cadastrava”, “recebia impostos”, mas demorava “três, quatro meses para pagar”.

Houve menção ao SEBRAE, e desta vez Carmela não informou quase nada sobre esta entidade, ou o fez entre apartes<sup>8</sup>. Algumas afirmaram ter realizado “vários cursos, [inclusive] de ‘empreendedorismo’ pelo SEBRAE”, e – outra informação esparsa – o SEBRAE teria conseguido uma pequena encomenda de certa localidade do Vale do Paraíba, a qual não teria sido paga.

Maria Helena relata, aqui, os fios soltos da narrativa. Sentia-se desencorajada. Mas Ivy “escrevia sempre, e de uma forma sutil encorajava todas a prosseguir”. Maria Helena retomou, procurando entender o que significava para elas “essa parte de SEBRAE, SUTACO, Mariana, Prefeitura, encomendas”. A partir de então, Marta desatou o nó: “Tinha muita gente...”. Ou seja, muita gente geria aquele processo central na vida delas, mas não as próprias participantes. Claramente, estavam atordoadas com os novos desafios, com a velocidade das mudanças, com o ritmo vertiginoso que impunha novas exigências, para as quais não se sentiam capazes. Entendiam vagamente que isso ia melhorá-las, mas não se atreviam a expor aos gestores os próprios limites de tempo, de compreensão, e nem mesmo os limites corporais.

Ester resume os sentimentos desse período em uma expressão: “*A gente era feito um passarinho que entra aqui voando, sem saber para onde vai*”. Aponta para as traves da varanda da casa, e para uma ave que voava ali perto: “*Ele atravessa isso aqui, mas não sabe o que tá acontecendo, o que tão falando cá embaixo, você entendeu?*”. “Eu entendi”, concluiu Maria Helena.

### Lealdade e suspeita – “a estrangeira”

A partir desse ponto crucial, um sentimento de desconfiança pairava no ar. Maria Helena era interrompida seguidamente com declarações de lealdade à antiga coordenadora, bem como aos diretores da Fundação: “Nós não estamos aqui para falar mal da Sonia, não!”... “A Sonia foi boa pra nós!”... “Eu também acho Sonia muito competente”. E os diretores da Fundação eram “pessoas muito boas”. Não havia medo nem bajulação ali, mas a reiteração da lealdade, afinal devida àquelas pessoas, e não aos moderadores do grupo focal.

Maria Helena não escapou de um confronto mais direto: “O que acha dos diretores?”, perguntaram. “Acho que são pessoas sérias, que se importam com o trabalho que fazem, com a qualidade [...]. Sei que eles querem saber a opinião de vocês, senão não teriam me contratado para ouvi-las”, respondeu Maria Helena. A desconfiança: “Você gosta deles?” Resposta: “Eu vi os dois apenas uma vez, mas gostei, sim, tive boa impressão. Acho que só vale a pena trabalhar com pessoas que eu admiro, com projetos que sejam legais.”

Esse momento de desconforto do grupo foi logo superado<sup>9</sup>. Houve, em seguida,

uma boa discussão a respeito do impacto do projeto sobre o meio ambiente. As participantes estavam bem informadas, “fizeram cursos”, e sentiam orgulho de tirar aquelas sacolas de plástico dos bueiros da cidade, dos rios, do mar, do estômago dos pássaros e dos peixes; fazendo com que virassem objetos de real utilidade. A conversa voltou a fluir com coerência e tranquilidade. Houve a interrupção com a chegada da filha e da neta de Ester. O bebê foi elogiado e mimado, como costuma acontecer. Todas perguntaram à jovem mãe sobre as novidades. Um café foi servido, e a conversa seguiu sem pressa, sem parar, *do jeito delas*.

Nesse momento, Maria Helena viu-se em situação semelhante àquelas geradas na experiência acumulada em muitos grupos focais. Decidiu que o trabalho seria conduzido *no ritmo delas*, e abandonou seu roteiro “mental” de perguntas, as combinações prévias com Ivy sobre a condução do grupo, a contagem de tempo, e a objetividade. Já sabemos, na verdade, que essas elaborações prévias estavam e estão sempre sujeitas a reavaliação, constituem um mapa de vôo, precisamente isso e nada mais. A partir daí, as artesãs ganharam mais espaço – e tempo! – na conversação, e os moderadores puderam melhor compreender sua forma de trabalhar e lidar com o próprio tempo. Entre novidades sobre poluição, reciclagem, trabalhos com outras formas de artesanato que reutilizavam materiais igualmente danosos, seguiu a conversa, com o café, e com o trabalho manual, pois as dimensões do aprendizado e da prática prosseguiram, quase sem interrupções, ao longo da conversa.

Um homem mal vestido e embriagado chegou ao portão. Era uma pessoa conhecida. Dirigiu-se ao grupo, mas alguém logo fez sinal para que ele se fosse. Todos disfarçaram, menos a filha de Ester, a qual passou a imitá-lo, mostrando-o para sua neném como um “tio feio, bobo, né?”. Foi preciso nova interferência, para que retornassem ao terreno mais firme da ecologia.

“Tristeza é você querer e não poder!” – Os limites das mulheres

O constrangimento e o (novo) estranhamento se desfizeram, e o foco voltou a ser a fase da grande produção. Logo lembraram a necessidade de abrir uma conta. Carmela foi instada pelos diretores a fazê-lo, mas inesperadamente negou-se. Para estes, a conta seria sinal de reconhecimento de autonomia, de crescimento, de inserção no mundo financeiro.. A artesã então falou de sua humilhação ao ter de revelar seu motivo: se reconhecer analfabeta, na frente de todos<sup>10</sup>. Era por esse motivo que não podia assinar qualquer documento! Nem podia abrir a conta!

“Tristeza é você querer e não poder!” Diante da evidente mágoa que a recordação do episódio evocava, Maria Helena perguntou a Carmela o que esta gostaria de ter dito ao diretor: “Que eu não aprendi a ler não foi porque não quis”. E contou que teve de trabalhar desde muito cedo, uma das tantas crianças brasileiras privadas de infância e destinadas, desde os primeiros anos, ao labor mais duro e desqualificado. Acrescentou que, quando decidia estudar, alguma coisa acontecia: mais trabalho aparecia, filhos dos

outros para cuidar, o casamento, agora os próprios filhos para criar, mais trabalho... um cansaço infinito e uma rotina sempre igual. “Não dava pra estudar!” Essa sensação de inferioridade ainda a acompanhava: “Eu fiquei muito pressionada, eu faço tratamento contra depressão; eu tomo remédio”.

O diretor da Fundação teria insistido no assunto apenas para que ela revelasse ser analfabeta? Teria agido “de propósito”? “Não”, replicou Carmela, sem hesitar. “Acho que ele não entendeu e nem desconfiou que você não sabia ler. Eu mesma não percebi. Você é muito inteligente”, continuou Maria Helena. E comentou o fato de que muitas vezes era difícil para as pessoas que viviam outra realidade entender semelhante situação, ainda mais se esta não havia sido explicada antes.

Por fim, Vera – ainda menor de idade, mas instruída –, participante do grupo, acabou abrindo a conta para que todas recebessem da rede de lojas “Viva Vida”. Durante todo o tempo, Marta foi uma das que menos falou, mas houve uma pausa na conversação, e ela fitou Maria Helena nos olhos, emocionada, a voz trêmula: “Me disseram... mas eu não vou nem dizer quem me disse... Me disseram que eles não queriam mais o projeto porque a gente... pra eles... a gente não dava lucro... não valia a pena!” Estava prestes a chorar. Mágoa e desamparo apareciam em seu rosto; aquela era uma pergunta que tinha temido fazer e cuja resposta temia ouvir no grupo. Receava talvez que a lógica deste tipo de trabalho pudesse transformá-las apenas em objetos, e converter as relações com pessoas de quem gostavam em meros contratos comerciais, que podiam ser rompidos sem pesar, caso não correspondessem a metas estabelecidas. Maria Helena relata: “Fiquei comovida, mas resolvi que palavras de consolo não tirariam sua dúvida, e que a pena apenas reforçaria sua fragilidade”. Somente perguntou ao grupo o que as participantes pensavam. Concluíram que o grupo tinha sido importante para todos, inclusive para a Fundação. Maria Helena arrematou lembrando que, se a preocupação dos diretores fosse apenas o lucro, a própria presença destes não se explicaria, já que aquela parte do projeto acabara. Uma nota de esperança então se fez ouvir: “E você acha que o projeto com a gente pode voltar?” “Eu não sei. Mas não ouvi nada que desse a entender isso”, respondeu Maria Helena.

### O fim da produção em escala

Outro episódio marcante dessa fase foi o que envolveu a revista **Seu Sucesso**, que publicou uma reportagem sobre o projeto, qualificada por Carmela como “cheia de mentiras”. Uma das coisas que mais a irritaram foi a afirmação da revista de que, em apenas oito horas de trabalho, seria possível fazer uma bolsa. “Mentira! É um dia todo pra uma bolsa, trabalhando direto!”, contestou a artesã. Outro fato que as mobilizou foi a notícia de que uma das artesãs estaria ganhando muito dinheiro, o que seria falso. “Com esse valor que eles dizem, ela podia até perder a bolsa [referência a programa de governo de que se beneficiava]. E era uma mãe de cinco filhos, sem marido!” Algumas das entrevistadas foram até suas casas procurar um exemplar da revista, para comprovar

as distorções da reportagem. Mostraram aos moderadores a suposta entrevista com a tal “artesã mais pobre”, que em seguida afirmou não ter fornecido a maior parte das informações ali constantes. Leu-se em voz alta sobre os prazos para a confecção de bolsas, considerados irrealistas – todas acompanhavam atentamente. Havia também detalhes que lhes eram referentes –, os quais elas não compreendiam, como não compreendiam tantas coisas dessa época. Os comentários irados se repetiam: “Se eu ganhasse tudo isso, ninguém lá em casa trabalhava mais!”... “Assim eu sustentava até meu marido, ele não precisava trabalhar!” Como se mostravam irritadas, Maria Helena brincou: “Bom, se os maridos de vocês são bonitos, acho que têm mais é que sustentar mesmo!” As mulheres olharam cautelosamente para Ivy, para ver o efeito da piada sobre este. Depois riram muito. Na verdade, todas sabiam que, às vezes, precisavam sustentar a casa, parcial ou totalmente, e que essa situação nada tinha a ver com o “belo aspecto” ou os modos agradáveis dos maridos. A capacidade de distinguir entre zombaria e humor, e aderindo ao segundo, rir de si mesmas e de suas dificuldades, é parte da capacidade de resistir e superar.

O tema da revista rendia. Carmela mencionou uma recusa a outro pedido de entrevista, provavelmente feito pela mesma revista, “já que vocês resolveram mentir!” Talvez tenha sido esta a primeira decisão completamente autônoma do grupo: negar-se a falar com a revista que não consideravam confiável. A grande produção, aquela à qual nunca conseguiam corresponder e de que nunca desistiram, não equivalia, segundo o grupo, a grandes lucros. Mas esses ganhos, sem dúvida, faziam grande diferença no orçamento familiar, produzindo até mesmo novo equilíbrio entre relações de poder já estabelecidas, baseadas em quem detém o poder econômico: em geral, o “homem da casa”. Aprender a solucionar novas questões revelou-se então um ganho. Por exemplo, as artesãs começaram a lidar com a realidade dos cheques pré-datados, que chegavam depois do produto já entregue e as obrigavam a planejar suas despesas. Algumas das encomendas entregues não eram pagas, mas as artesãs não sabiam direito a quem cobrar, até porque se tratava quase sempre de clientes distantes de Ubatuba. Parecia haver certa vergonha em relação a cobrar o que lhes era devido. Havia ainda os problemas causados pelo excesso de trabalho que resolveram manter, o que as afastava dos próprios filhos. E soluções eram improvisadas, ou os problemas cresciam.

Enfim, como as artesãs não conseguiam lidar com a demanda, as encomendas foram minguando e cessaram. Os clientes passaram a ser pessoas bem mais próximas a seu círculo de pertencimento. Sonia Bonfim continuava a ser a incentivadora do empreendimento. Outros processos se interpunham, e a sensação de estar à deriva retornava – ou não as havia deixado nunca. A professora fora despedida, segundo suas palavras, “dentro da *kombi*”, sem explicações. “Ela saiu chorando...” ... “Ela foi expulsa!”, revelaram as mulheres. O contato foi perdido; a separação de sua professora só pode ser descrita como traumática. Houve uma conversa em que se tentou determinar qual seria seu endereço, pois queriam vê-la; algumas afirmavam que isso não adiantaria, porque

em várias ocasiões a professora as ignorara, negara-lhes a palavra, o cumprimento. E também não sabiam por que a perderam, nem por que ela não lhes dirigia a palavra, já que não tinham culpa por sua dispensa.

As oficinas que o “Pé de Serra” destinava para seus filhos – dança, violão, capoeira, artes – acabaram, sem que, segundo diziam, soubessem o porquê. Professores foram dispensados sem despedidas. Depois de 2007, quando a Alavanca deixou de operar, Sonia se afastou e foi substituída por R., da Associação Comercial, a quem tampouco conheciam e a quem não se vincularam.

Os moderadores fizeram novas perguntas, deram sugestões para novos produtos, examinaram as novas bolsas. Manter a palavra nas pequenas coisas ajuda a cimentar a confiança. Maria Helena comprou três bolsas, de três artesãs. As participantes voltaram às indagações sobre a continuidade do projeto ou sobre a possibilidade de Maria Helena indicar pessoas confiáveis para dar prosseguimento às atividades. Ficaram muito interessadas com a sugestão da formação de uma cooperativa. Mas procuraram incluir a moderadora do grupo no novo cenário, de certa maneira esperando desta os rumos para o futuro próximo<sup>11</sup>. Agora se instalara a confiança sem reservas, mas a possibilidade da participação da moderadora foi afastada, não apenas pela distância em relação ao Rio de Janeiro e pela própria dificuldade de indicar alguém, mas, sobretudo, “porque já era hora de pensar como elas mesmas poderiam levar adiante o projeto de que tanto gostaram, junto às pessoas que elas quisessem”.

Os passarinhos continuavam querendo voar, agora já sabiam aonde ir, mas ainda não haviam aprendido a fazê-lo. Voar requer prudência, mas também muita coragem.

Muito além das festas...

Carmela pediu aos moderadores que ficassem, pois o ônibus demoraria. Contou sobre as reuniões animadas, com comidas tradicionais, e as festas que reuniam artesãs e diretores: “Eles vinham com o carro cheio de sacolas, traziam amigos, visitantes, traziam a família, participavam das festas com a gente...” “Que festas?”, perguntou a moderadora. “Oh! Tudo era festa...” “Natal, Carnaval ...?”, perguntaram. “Tudo, Dia das Mães, tudo a gente comemorava! Eles ficavam com a gente aqui e traziam muitos para conhecer a gente, o projeto...”

Havia muita saudade na sua voz! Carmela contou também sobre sua persistente dificuldade em lidar com questões práticas da vida, além daquelas vividas no bairro Pé da Serra: “Tá sempre me faltando algo”. “E agora, o que está faltando para você aprender a ler e a escrever? Do que você precisa para superar isso?”, perguntaram-lhe. A artesã referiu-se às responsabilidades de criar a neta, mas indicou março como prazo para matricular-se em um curso de alfabetização para adultos. Dalí sua voz passou a outra modulação: contou sobre as aulas que dava, as novas pessoas que conheceu, o que despertava nestas: a senhora idosa, que agora tem uma pequena renda; a jovem que se aperfeiçoa e ensina a outros; a prostituta que assegura o futuro de sua filha de

treze anos. “Ela tinha uma preocupação...”, comentou Carmela. “Que a filha também acabasse fazendo programas?”, perguntou a moderadora. “Ela não faz mais não, mas tava com medo do futuro da filha... Agora, com as bolsas, ela tem mais um dinheiro, a filha estuda e agora tá fazendo balé.” As outras oportunidades para a filha aliviaram a mãe. Carmela também trabalhava com uma técnica artesanal no aproveitamento da fibra da bananeira, e aprendia novas técnicas, trocando sempre que possível. Falava com grande orgulho, pois sabia que sua ação possibilitava mudanças nas vidas das pessoas a quem ensinava e com quem convivia.

Perto da conversação se encerrar, Carmela voltou-se para a moderadora e espontaneamente sintetizou o impacto da iniciativa nas existências das artesãs: “Onde a gente estaria, se não fosse o projeto? Onde elas [as outras artesãs] estariam? Em frente à televisão! Elas estariam sentadas em frente à tevê! Cansadas, sem novidade, sem ter o que fazer mais! Eu não vejo tevê! Eu não tenho tempo! Tem muita coisa pra eu fazer ainda! Meu marido me pergunta quando vou descansar, quando vou parar... e eu respondo: ‘Parar? Mas eu ainda nem comecei!’ Isso foi o que a gente aprendeu aqui com o projeto! E vamos levar adiante, fazer mais!”

Essa fala, dentre muitas outras, sintetizou a ação transformadora. Em que pesem as limitações, os percalços, o fim inesperado, o legado do Projeto Pé de Serra está vivo. O projeto continua mudando as suas vidas, tirando-as da solidão, da apatia, da doença, dos “programas”, do cansaço, da repetição, da dependência, da pobreza sem recursos – nada poderá resumir o que eram suas vidas antes da iniciativa: sem dúvida, processos e experiências de opressão. Os “lanchinhos”, as festas, configuravam rituais importantes de sociabilidade, mas só fizeram sentido para aquelas mulheres, no contexto de um cenário em transformação, no qual, hoje sabem – hoje sabemos! –, foram as personagens mais importantes.

### III. Deixando a sala

É tempo de retorno à lógica anterior da narrativa, o momento de deixarmos a sala de conversação e, como nos velhos tempos, dar um dedo de prosa antes do adeus.

Quando procuramos lhes dar a palavra, não chegamos a descrever aos leitores “quem eram” as nossas entrevistadas. Nem todas as mulheres eram ou se descreveriam como caçaras, descendentes de povos tradicionais; nem fisicamente os lembravam – vimos mulheres de cabelos claros e olhos azuis; também escuras; dos mais variados tipos físicos. Tampouco as participantes faziam referências a conhecimentos ancestrais, a seus antepassados. Não vivem mais da pesca ou da agricultura, prestam serviços às famílias veranistas, e hoje têm no artesanato outro meio de vida. Mas algo ficou do passado que as constituiu, fosse uma história de migração, fosse uma história de colonização violenta e da expropriação de suas terras e de sua cultura. Talvez essa ligação ou permanência com uma forma de ser e de ganhar a vida, aquela dos seus avós, faça-as aderir a determinada proposta de trabalho e produção, e não outra, tornando difícil sua adaptação ao “novo”.

Entre as explicações das elites locais para o suposto insucesso de programas de intervenção ou promoção social, a indolência e a “ignorância” da população pobre são clichês bastante recorrentes. São essas as representações negativas que os projetos de natureza similar aos da Alavanca teriam e terão de enfrentar, ancoradas na memória de comerciantes e empresários locais.

Emílio Willems (1952), ao estudar a cultura caiçara nos anos quarenta, parecia antever tais resistências e preconceitos. Willems rejeitava, desde então, a imagem estereotipada do habitante indolente, apático, doentio e incapaz de aceitar mudanças – uma espécie de Jeca Tatu do litoral. Na descrição do autor, o mundo do trabalho, nas duras lides da agricultura e da pesca, era muito pesado e incompatível com corpos preguiçosos e doentios. Willems nos lembraria que o trabalho estava presente ali como um valor importante, *mas não se tratava de qualquer trabalho, não era um trabalho em abstrato*. Detinha uma dimensão coletiva, uma organização diferente dos ritmos da cidade e da indústria, uma outra relação com a natureza e com o tempo. Ainda assim, os caiçaras, longe de serem acomodados e conformistas, mostravam receptividade a novas propostas, mesmo originadas em lugares diferentes<sup>12</sup>.

De algum modo, talvez por antigo atavismo, aquela cultura insular e litorânea aparenta perdurar ou transparecer em comportamentos, atitudes e representações. Neste sentido, parece-nos que havia uma “forma-trabalho” aceitável, na primeira fase do projeto, mas, paradoxalmente, quando certo dinamismo parecia difundir-se; entretanto, numa segunda fase, outra forma tomou corpo, contrária a certo modo de ser e conviver das mulheres do Pé da Serra, no trabalho ou na vida diária. Apesar de a segunda fase acenar com mais lucratividade, as artesãs não podiam se adaptar, não apenas porque não dominavam inteiramente a lógica subjacente aos processos de trabalho em questão, *mas porque esses novos processos eram radicalmente diferentes daquilo a que estavam acostumadas*. Vale dizer, ainda, que as participantes não entendiam o “novo”, também porque as novas atividades laborais, que a nós nos pareceriam racionalmente justificadas, teriam de ser explicadas de modo que as entendessem e as internalizassem como “suas”. No entanto, como muitos elementos, ou o próprio *sistema* de trabalho, lhes era estranho, demandavam um tempo necessário para elaborações, adaptações, transições... Faltou, para tanto, uma possibilidade de “tradução” para uma linguagem comum, de intermediação do universo de trabalho que conheciam com aquele que lhes era proposto (Zamora, 2007). Por essas mesmas razões poderíamos explicar a forma, por vezes desencontrada, atordoada, desconexa, que presenciamos – ou provocamos! – nas conversações mantidas durante a realização do grupo focal.

No desenrolar do grupo focal, assinalamos um momento de desconfiança – ou de estranhamento – por parte das artesãs em relação aos moderadores, particularmente à principal “estrangeira”, Maria Helena. A desconfiança segue o pesquisador como as formigas seguem um prato de doce. Na dinâmica do grupo e da pesquisa, devemos estar, o tempo todo, preparados para esclarecer nossa posição, pois a cada momento serão

criadas e recriadas dúvidas e incertezas sobre quem somos ou o que estamos fazendo. Algumas dessas versões nos prestigiam; outras, nem um pouco. Mas todas acabam nos colocando em posição equívoca (Zaluar, 1994 e 1995; Zamora, 2006). Como certa suspeita persistisse em apertes que buscavam entender a posição da moderadora naquela “aventura etnográfica”, Maria Helena esclareceu que era do Rio de Janeiro e para lá voltaria. Não substituiria ninguém. Interessava-lhe ouvi-las e relatar o que ouvia, desde que houvesse confiança e autorização de todas. Torcia para que o projeto continuasse com sucesso, mas não faria parte dele.

Esse clima de confiança mútua permitiu-nos vislumbrar algumas pistas de entendimento, produzidas pelo grupo de mulheres artesãs, sobre os múltiplos significados de um programa social que lhes era dedicado. Mais ainda, permitiu-nos vislumbrar as representações – os esquemas mentais ou simbólicos de fundo cognitivo e emocional – que operavam e ainda operam no interior do grupo. São esses esquemas mentais de base que orientam as atitudes e a ação do grupo diante do programa social e de seu contexto de operação. Algo de novo transpareceu das conversações: estávamos, desde o início, diante da necessidade de projetar “metáforas geradoras” para todo o grupo, a fim de que constituíssem o foco de reflexão, de reações emocionais, de expressões da *voz* das mulheres<sup>13</sup>.

As reações, como se esperava, foram múltiplas, e de modo algum fugiam à contradição; ao contrário, não raro denotavam concepções opostas. Por vezes as reações reforçaram tais metáforas, ou as redefiniram, ou as rejeitaram – um movimento intersubjetivo, gerado no processo grupal. Quais eram, pois, essas metáforas, que acabariam por gerar uma pluralidade de visões cristalizadas, à maneira de representações “ancoradas” no imaginário da comunidade? A dinâmica do grupo focal com as mulheres de Ubatuba parece ter revelado um elenco de representações mentais, resultantes da própria cultura política nacional, costuradas em um processo histórico de “longa duração”. Dentre estas, ressalta o filtro cognitivo – remetemos, aqui, à epígrafe do presente ensaio –, a do “governo provedor”. Estivemos diante de um esquema cognitivo de base que justifica, se não reforça, a recusa a toda ação coletiva que possa emergir do seio da própria comunidade; nesta direção, este *framing* cognitivo antecipa, espera e “pede” a interferência de fora, quase sempre do governo. Ironicamente, esta seria uma metáfora menos geradora que “paralisante”, noção talvez mais apropriada à atitude de inação, que brota de uma antiga e cristalizada representação coletiva.

Todavia, outra metáfora transparecia das conversações: a noção de que, ao fim e ao cabo, há reais possibilidades de mudança social. Se tais representações persistem “contaminadas” por uma noção de que o primeiro passo de mudança deva ser dado por um agente externo, seja o governo, seja uma entidade do Terceiro Setor, não resta dúvida de que, ainda assim, “algo mudou”. Os resultados do grupo focal apontaram, inequivocamente, atitudes não conformistas, cultivaram novas identidades, melhoraram a autoestima, revelaram a emergência de algumas lideranças voltadas para o coletivo,

provocaram a valorização da renda familiar e a revalorização de laços vicinais que há muito se haviam dissipado diante dos ventos da festejada modernização. Hirschman nos lembraria de novo: a memória coletiva se faz na longa duração, os sinais ou metáforas de mudança podem brotar do subterrâneo da vida social, e tornar possível a geração de outros cenários. É preciso apostar neles. Apesar da experiência interrompida pelo Projeto, e da noção, até certo ponto ainda prevalente, de que algo externo deve ser o elemento desencadeador de mudanças, tudo indica o fato de que os quadros mentais preexistentes naquela localidade do Litoral Norte paulista estão trincados, e poderão dar lugar a novas configurações. A vida social e o imaginário coletivo podem voltar-se definitivamente para outro norte.

Recebido em 14/03/2010; aprovado em 10/06/2010.

## Notas

<sup>1</sup> Na literatura internacional, a par de livros que representam referências no campo, como o clássico de Campbell e Stanley sobre desenhos experimentais e quase experimentais na investigação social (Campbell e Stanley, 1973), há inúmeros periódicos dedicados ao tema da avaliação de programas, a exemplo de *Evaluation. The International Journal of Theory, Research and Practice*, publicado pela Sage desde 1995.

<sup>2</sup> Veja-se, especialmente, a definição de eficiência e eficácia, notas 13 e 14, no trabalho de Sonia Nahas de Carvalho (2003, p. 196).

<sup>3</sup> Em trabalho anterior, recorremos ao vigor da análise hirschmaniana para interpretação de um movimento social de mulheres “quebradeiras”, nas áreas de florestas de babaçu do Maranhão (Castro Santos, 2003).

<sup>4</sup> Luis Schneider revela, de modo admirável, as concepções filosóficas dos chamados “Scottish moralists”, no sentido aqui exposto: “It is one of the most insistent themes in the work of the Scots that men frequently act with certain restricted objects in view and have not the capacity to contemplate ‘larger’ objects, while at the same time it is in some sense important or indispensable for social or political or economic systems that those larger ‘objects’ (or special ‘results’ of action) be realized” (Schneider, 1967, p. XXX). Estamos, é claro, retrazando caminhos que vieram a influenciar não apenas o pensamento de economistas, mas, sugere Schneider, também sociólogos como Robert K. Merton, com seu conceito de “consequências não antecipadas da ação social dirigida”.

<sup>5</sup> Houve um trabalho de campo preliminar em Ubatuba, para aplicação da técnica de grupo focal com participantes dos programas do Projeto Alavanca, o qual incluía algumas mulheres do bairro Pé da Serra, mas a experiência não foi julgada satisfatória por

Maria Helena Zamora e sua auxiliar, a psicóloga Carolina Kuenerz, que a conduziram. Ambas contaram com a colaboração inestimável da antiga Coordenadora do Projeto Alavanca em Ubatuba, a pedagoga Sonia Bonfim, que as ajudou a montar outros grupos de conversação com jovens, participantes do programa Bom de Vela – oficinas de habilitação em uma marinha –, bem como de oficinas de teatro, dança e capoeira, também montadas pela Fundação. O relato desses ensaios com outros “subgrupos focais” constará de um livro sobre os projetos, ora em preparo.

<sup>6.</sup> As citações, referidas brevemente no presente relato, foram retiradas do relatório preliminar que Maria Helena Zamora elaborou, a pedido da Fundação.

<sup>7.</sup> Os nomes das artesãs são fictícios.

<sup>8.</sup> Por ocasião do breve encontro anterior, Carmela contou que uma pessoa do SEBRAE local procurou-as e começou a levar algumas bolsas para venda em outra cidade de afluência turística. Algum tempo depois, a mesma pessoa indicou Carmela para a Prefeitura, e esta, por sua vez, contratou-a para dar aulas a outras mulheres. Percebe-se que mesmo uma narração marcada por certo desconforto não deixa de referir um fato positivo no “mundo do trabalho” de uma artesã e de suas novas “alunas”.

<sup>9.</sup> Retomaremos esse ponto crítico mais à frente, na seção final do texto.

<sup>10.</sup> Este episódio marcante já fora referido, embora de passagem, na primeira ida de Maria Helena Zamora a Ubatuba.

<sup>11.</sup> No decorrer do projeto, o grupo de mulheres participou de um curso de cooperativismo patrocinado pela Fundação, mas a iniciativa não floresceu. Durante a realização do grupo focal, a menção das artesãs à possibilidade da participação ou condução externa parece revelar algumas limitações para a atividade autônoma.

<sup>12.</sup> Por exemplo, Willems enfatizava, já naquela época, a característica mobilidade espacial dos habitantes litorâneos, abertos a novas possibilidades de ganho ou de comércio. Neste sentido, citava “as frequentes migrações de indivíduos para Santos e as incursões comerciais para outras localidades distantes, no litoral” (Willems, 1952, p. 6, tradução nossa).

<sup>13.</sup> A discussão conceitual sobre as “metáforas geradoras” (*generative metaphors*) foi sugerida em artigo de Donald A. Schön (1979). Schön remete às diferentes concepções que conformaram o campo das políticas habitacionais nos Estados Unidos e na Europa: primeiramente, a metáfora do gueto como um lugar da doença e de criminalidade; num outro tempo, em parte como crítica às políticas habitacionais de remoção, cristalizou-se a metáfora da comunidade legítima, lugar de laços de sociabilidade e de geração de identidades coletivas que devem ser preservadas. A política ou programa governamental que consiga enfrentar e superar tais dualidades deverá ter maiores probabilidades de êxito, porque as duas metáforas tendem a coexistir no imaginário social.

## Bibliografia

- APPEZZATO, Raquel. Capacitação ocupacional e desenvolvimento local sustentável: a experiência do Projeto Pé da Serra. Dissertação de Mestrado, Piracicaba (SP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.
- CAMPBELL, Donald; STANLEY, Julian. **Diseños experimentales y cuasiexperimentales en la investigación social**. Tradução de M. Kitaigorodzki; revisão de J. C. Orties e Ibars. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.
- CARVALHO, Sônia Nahas de. A avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em perspectiva**, vol. 17, nº 3-4, 2003, p. 185-197.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. de. A vez da mulher camponesa: movimento social, identidade e saúde no Maranhão (um relato hirschmaniano). *In* **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 20, nº 1, jan./jun., 2003, p. 43-62.
- FRICKER, Jacques. Groupes focaux: aspects méthodologiques. **Cahiers Santé**, nº 3, 1993, p. 367-374.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America**. Nova York: Pergamon Press, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados**. Tradução: A. Assis Melim; Revisão: E. Porto Silva. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- MARCZAK, Mary; SEWELL, Meg. Using focus groups for evaluation. The University of Arizona College of Agriculture and Life Sciences. Tucson, AR, 2009. Disponível em <http://ag.arizona.edu/fcs/cyfernet/cyfar/focus.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2009.
- SCHNEIDER, Louis (org.). **The Scottish moralists: on human nature and society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- SCHÖN, Donald A. Generative metaphor: A perspective on problem-solving in social policy. *In* Ortony, A. (ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- STEWART, David W.; SHAMDASANI, Prem N. **Focus groups: theory and practice**. Applied Social Research Methods Series, vol. 20. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1990.
- LEWIS, Melinda. Focus group interviews in qualitative research: a review of the literature. *In* **Action Research E-Reports**, 2, 2009. Disponível em: <http://www.fhs.usyd.edu.au/arow/arer/002.htm>. Acesso em 17 de janeiro de 2009.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político estatal e o universo gerencial. *In* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 52, 2003, p. 185-202, junho.
- WILLEMS, Emilio. **Buzios Island. A caiçara community in Southern Brazil**. Seattle:

University of Washington Press, 1952.

ZALUAR, Alba. A aventura etnográfica: atravessando barreiras, driblando mentiras. *In* Adorno, S. (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia/Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 85-91.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

ZAMORA, Maria Helena. *Emponderamento* e meio ambiente. *In* **Revista Ecológica do Século 21**, nº 13. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/edicoes/edicoes.asp?edição=113>.

ZAMORA, Maria Helena. Uma contribuição crítica a projetos comunitários. *In* **Revista Eletrônica Polêmica**, nº 21, jul./set., 2007. LABORE/LIPIS/UERJ. Disponível em: [http://www.polemica.uerj.br/pol21/oficinas/artigos/lipis\\_4.pdf](http://www.polemica.uerj.br/pol21/oficinas/artigos/lipis_4.pdf)

XAVIER, Caco. Aids é coisa séria! Humor e saúde: análise dos cartuns inscritos na I Bienal Internacional de Humor, 1997. *In* **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, vol. 8, nº 1, Rio de Janeiro, mar./jun, 2001, p. 193-221.